

# POR UM FUTURO GLORIOSO

A portrait of Breno Barcelos, a man with a beard and mustache, wearing a dark suit jacket over a black t-shirt. He is looking directly at the camera with a slight smile. The background is a dark, high-angle view of a city with a river and a bridge.

PLANO DE GOVERNO  
**BRENO BARCELOS**

---

CANDIDATO A GOVERNADOR DO  
ESPÍRITO SANTO



# **POR UM FUTURO GLORIOSO**

**BRENO BARCELOS**

## **PLANO DE GOVERNO**

**COORDENAÇÃO:**  
Vítor Loureiro

**DIAGRAMAÇÃO:**  
Davi Tavares da Cunha

**COLABORAÇÃO:**  
Felipe Oliveira  
Charles Pereira  
Karyna Dara  
Luís Barros  
Lucas Abu Dioan  
Pedro Francez  
Rogério Perestelo



# Carta de Apresentação

O Espírito Santo está às portas de uma nova era. Antes subestimado, sempre esquecido, o estado vem se destacando cada vez mais por suas potencialidades — das quais os capixabas nunca duvidaram, mas que só agora, graças ao trabalho duro da nossa gente, revelam-se ao mundo.

A complacência, contudo, é inimiga do progresso. A situação calamitosa do restante do país trouxe ao povo do Espírito Santo a falsa sensação de normalidade e de pujança, reforçada pelas incessantes propagandas do governo. Mas a nossa situação não é confortável. A violência ainda é endêmica, e o crime organizado avança sem resistência. As nossas cidades são favelizadas, e pouco se faz para mudar esse cenário. A nossa educação, não obstante as boas posições nos indicadores nacionais, ainda falha em preparar nossos estudantes para o mercado de trabalho e para a cidadania. As obras de infraestrutura, essenciais para concretizar o potencial econômico do estado, custam sempre o dobro, demoram o triplo e são, em geral, mal executadas.



A lista de gargalos é longa: para cada área, há uma abundância de problemas que teimam em permanecer gestão após gestão.

Nós, capixabas, nos encontramos diante de um momento de inflexão: se ajustarmos os rumos e fizermos tudo corretamente, o nosso futuro será glorioso. Caso nos acomodemos, contudo, desperdiçaremos as múltiplas oportunidades que se apresentam — como parece ser a tradição brasileira. A Missão surge para reformar o Brasil e levá-lo ao desenvolvimento e ao status de potência mundial; nós, do braço capixaba do partido, faremos isso em âmbito estadual. E começaremos agora mesmo, em 2026.

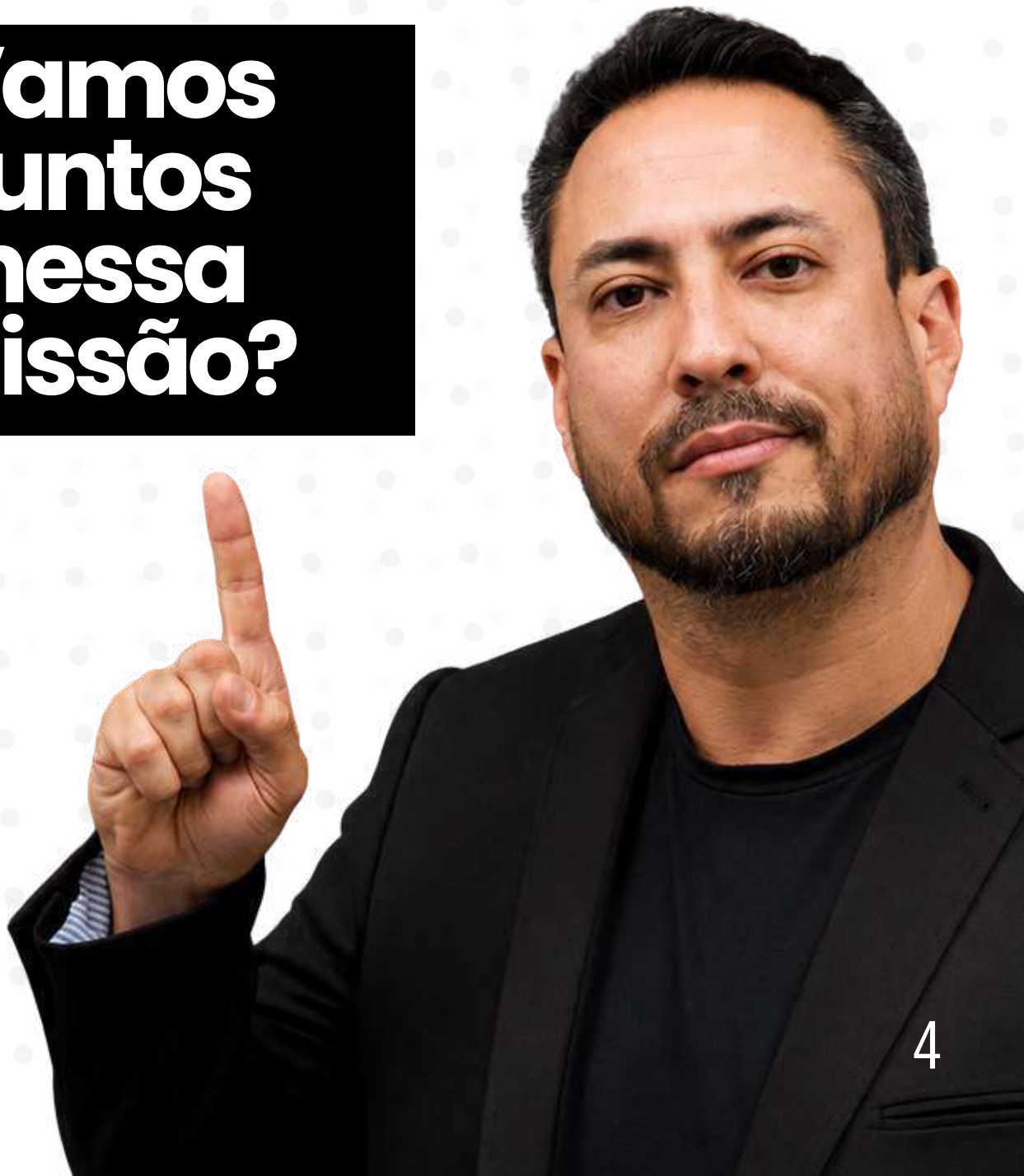
O meu nome é Breno Barcelos, e eu quero ser o seu governador. Tenho 41 anos; nasci em Vitória, mas morei muitos anos na Serra e em Vila Velha, de modo que conheço bem a dinâmica dessas três cidades. Sou engenheiro civil, graduado na UFES, e possuo MBA em Engenharia Diagnóstica (Inbec), pós-graduação em Gerenciamento de Projetos (UVV), especialização em Planejamento, Construção e Gerenciamento de Portos (UFES) e especialização em Painel Monolítico (Cassaforma — Argentina). A minha carreira se fez em grandes empresas privadas, e é esse histórico que molda o tipo de gestão que pretendo adotar no Espírito Santo — baseada em métricas de resultado. De fato, considero-me um batedor de metas na essência e tenho como inspiração os modelos de governo de Michael Bloomberg — prefeito de Nova York entre 2002 e 2013 — e de Lee Kuan Yew — que transformou Singapura na potência que é hoje.

Mas, acima de tudo isso, sou marido e pai de dois filhos — e é por eles que eu decidi entrar na política. Para que cresçam num Brasil e num Espírito Santo que lhes deem orgulho; para que não precisem buscar a felicidade em outro país, como fazem muitos jovens hoje.

Foi em nome do futuro deles que tomei a decisão de abandonar um emprego bem pago na iniciativa privada para encarar a difícil missão de liderar, como voluntário, um projeto político no qual acredito piamente ser a última esperança do Brasil.

Se você acredita nos valores da Missão; se você é um inconformista como eu, incapaz de se contentar com o atual estado de coisas; se você possui a ambição de transformar o seu país e o seu estado nas potências que merecem ser, venha conosco nessa jornada. A sua vida e a vida daqueles que ama podem ser muito melhores — só depende da sua vontade de arriscar e de fazer diferente.

**Vamos  
juntos  
nessa  
Missão?**



# PLANO DE GOVERNO POR UM FUTURO GLORIOSO

|    |                                     |    |
|----|-------------------------------------|----|
| 1. | Segurança Pública                   | 6  |
| 2. | Desfavelização                      | 17 |
| 3. | Infraestrutura Logística            | 23 |
| 4. | Indústria                           | 27 |
| 5. | Mobilidade Urbana na Grande Vitória | 31 |
| 6. | Educação                            | 36 |
| 7. | Saúde                               | 49 |





# SEGURANÇA PÚBLICA

É diagnóstico indiscutível na Missão a existência de uma guerra efetiva no Brasil. Facções criminosas não só já declararam suas intenções de exercer domínio sobre regiões inteiras do território nacional, como atuam há anos para consolidar esse poder. Hoje, aproximadamente 68 milhões de brasileiros convivem diariamente com o crime organizado; destes, estima-se que entre 50 e 61 milhões sejam vítimas do seu controle direto — a chamada “governança criminal”. Tal avanço se dá sobre as prerrogativas constitucionais do Poder Público, de modo que impedi-lo é garantir a própria manutenção do Estado Democrático de Direito.

A despeito da propaganda do governo estadual, o Espírito Santo não está alheio aos problemas de criminalidade que se alastram pelo restante do país. Os homicídios estão, de fato, caindo, mas permanecem em uma taxa de 21 a 22 mortes por 100 mil habitantes (SESP-ES, 2024-2025), ainda maior do que a taxa nacional, que foi de 19,5 a 20,5 homicídios por 100 mil habitantes (Ministério da Justiça, 2024-2025). Ou seja, se o Espírito Santo fosse um país independente, ocuparia entre a 20ª e a 23ª posição no ranking das nações mais violentas do mundo — uma realidade, portanto, muito distante de um ideal civilizatório. O mesmo ocorre com outros crimes, como furtos e roubos: embora registrem reduções recentes, os números permanecem alarmantes.

## SEGURANÇA PÚBLICA

Há dois motivos que ajudam a explicar a queda dos números de crimes violentos no estado. O primeiro é demográfico e afeta não só o Espírito Santo, mas o Brasil como um todo: a população brasileira está envelhecendo. Como a maioria dos crimes violentos é cometida por jovens, esse envelhecimento tende a gerar, por consequência, uma redução natural nos delitos majoritariamente atribuídos a essa faixa etária, incluindo os homicídios.

O segundo motivo, contudo, é mais grave: o avanço do crime organizado, cada vez mais consolidado no território capixaba. Há, hoje, três facções principais atuando no Espírito Santo: o Primeiro Comando de Vitória (PCV), nascido no Complexo da Penha, na capital; o Terceiro Comando Puro; e o Comando Vermelho (estes dois últimos de origem carioca). Quando os territórios das facções criminosas se consolidam, guerras faccionais se tornam menos comuns, o que reduz artificialmente o número de mortes violentas. Isso, porém, não significa uma melhora na segurança pública, mas, sim, que cada vez mais capixabas têm suas vidas influenciadas pelas decisões e pelas ações do crime organizado. Notícias frequentes de chacinas orquestradas pelo poder paralelo e de tentativas deste de tomar o controle de serviços básicos em bairros e comunidades inteiras pintam um cenário de caos, em que o governo manda cada vez menos, e o crime, cada vez mais.

Não podemos mais tolerar essa situação. As facções criminosas se encontram em permanente descumprimento da ordem constitucional vigente, não reconhecem a autoridade do Estado e agem tal qual uma força de ocupação estrangeira. São, pois, inimigos do Espírito Santo e do Brasil, e derrotá-los é obrigação constitucional do governador.



## SEGURANÇA PÚBLICA

A vida, a propriedade e o direito de ir e vir são apenas alguns dos direitos fundamentais violados pela inação do governo, a qual condena milhares de capixabas a viverem sob o jugo do mais bárbaro dos regimes: o do crime organizado.

### **Reocupação territorial**

O ponto-chave do nosso plano é a reocupação, por parte do Estado do Espírito Santo, de todo o território capixaba hoje sob o controle de facções criminosas. O Bairro da Penha, o Flexal II, o São Torquato, a Grande Santa Rita e a Grande São Pedro são apenas alguns exemplos de bairros e favelas tomados pelo crime organizado, onde a lei brasileira não impera totalmente. Essa realidade, ademais, já ultrapassa os limites da Região Metropolitana, visto que, em escala crescente, municípios do interior passam a sofrer também com a atuação dessas facções.

O monopólio da violência deve ser devidamente recuperado pelo Estado, a quem pertence de direito, e isso só se fará por meio da força policial, com ou sem apoio da União. A reocupação territorial terá caráter emergencial e começará imediatamente após a posse. Nossa prioridade será recuperar, já no primeiro ano de governo, os principais territórios atualmente dominados pelas facções criminosas, restabelecendo a presença permanente do Estado e reduzindo drasticamente a capacidade de atuação dessas organizações.

Nosso compromisso é que nenhum bairro, comunidade ou município capixaba permaneça abandonado à própria sorte.

# SEGURANÇA PÚBLICA

Ao longo do mandato, empregaremos todos os recursos legais, operacionais e institucionais disponíveis para enfraquecer progressivamente as organizações criminosas, desarticular suas estruturas financeiras e logísticas, recuperar territórios sob sua influência e garantir que a população volte a viver sob a proteção exclusiva das instituições legítimas do Estado.

## Asfixia financeira do crime organizado

A experiência internacional demonstra que organizações criminosas não sobrevivem apenas pela força das armas, mas, principalmente, pela força do dinheiro. O tráfico de drogas, alavagem de capitais, a extorsão, o comércio ilegal e a infiltração em atividades econômicas permitem que facções criminosas financiem suas operações, recrutem novos integrantes, adquiram armamentos e ampliem sua influência sobre comunidades inteiras.

Nas últimas décadas, países que obtiveram resultados relevantes no combate ao crime organizado compreenderam uma verdade simples: prender criminosos é necessário, mas retirar seus recursos financeiros é indispensável. Enquanto houver dinheiro, haverá capacidade de reorganização. Quando o patrimônio criminoso é identificado, bloqueado e confiscado, toda a estrutura da organização começa a enfraquecer.



## **SEGURANÇA PÚBLICA**

O Espírito Santo já possui órgãos especializados em inteligência financeira e em investigação patrimonial. No entanto, essas iniciativas ainda não ocupam a posição estratégica que deveriam dentro da política estadual de segurança pública. Nosso compromisso não será criar novas estruturas burocráticas, mas transformar a descapitalização das facções criminosas em uma prioridade permanente de governo.

Essa política se baseará em quatro pilares fundamentais: (I) a recuperação de ativos como indicador estratégico, com metas permanentes de identificação, bloqueio e recuperação de patrimônio vinculado ao crime organizado; (II) o fortalecimento da inteligência patrimonial, criando-se maior integração entre Polícia Civil, Polícia Militar, Receita Estadual, Ministério Público e demais órgãos competentes; (III) o combate à infiltração econômica, política e institucional das facções no Estado e na economia formal; e (IV) o reinvestimento dos recursos recuperados, prioritariamente, na segurança pública.

A reocupação territorial e a neutralização de todo e qualquer envolvido com facções criminosas continuarão a ser prioridades, mas a destruição da capacidade financeira dessas organizações não será negligenciada de forma alguma. Pelo contrário: transformaremos o Espírito Santo em referência nacional na asfixia financeira do crime organizado.

### **Assistência jurídica gratuita aos policiais civis e militares**

O trabalho de um policial é repleto de riscos, e um deles é o de enfrentar processos judiciais e administrativos em decorrência do exercício de suas funções.

## **SEGURANÇA PÚBLICA**

Por isso, garantiremos às forças policiais do Espírito Santo assistência jurídica gratuita para esses casos, seja por meio de uma defensorias especializadas ou núcleos jurídicos específicos dentro das próprias corporações.

Além disso, durante as reocupações territoriais, o governador chamará para si a responsabilidade pelos atos legítimos praticados pelas polícias durante as operações. A tropa não será, em hipótese alguma, abandonada nessa missão civilizatória.

### **Construção de um presídio para membros de facções criminosas**

Há, atualmente, um déficit no sistema prisional capixaba de cerca de dez mil vagas — conforme apontado pelo próprio Poder Judiciário —, situação que tende a se agravar no momento em que começarmos as operações de reocupação territorial. Propomos, pois, a construção de um novo presídio de segurança máxima, inspirado no modelo do CECOT (El Salvador), destinado a membros de facções criminosas. Dessa forma, não só garantiremos o isolamento desses indivíduos de alta periculosidade, evitando que continuem praticando crimes a partir do interior do sistema prisional, como os afastaremos por completo do convívio com detentos comuns.

### **Trazer o modelo do Smart Sampa e expandir a rede de totens de segurança para todo o estado**

O Smart Sampa é o maior programa de videomonitoramento de segurança pública da América Latina e já apresentou resultados excepcionais no combate à criminalidade.



## SEGURANÇA PÚBLICA

Trata-se de um sistema que conecta milhares de câmeras públicas e privadas a uma central de controle unificada, que utiliza inteligência artificial para identificar crimes, capturar foragidos e localizar pessoas desaparecidas em tempo real. Nossa proposta é trazer esse sistema para o Espírito Santo, pois servirá de importante instrumento em nossa política de erradicação do crime em solo capixaba.

O estado já utiliza totens inteligentes, com câmeras de reconhecimento facial e de placas de veículos, que já se provaram eficazes. Seu uso, contudo, ainda está aquém do ideal, em especial no interior do estado. Propomos, pois, não só integrar os totens ao sistema inspirado no Smart Sampa que adotaremos, como acelerar a expansão dessa tecnologia de modo a estendê-la a todo o território capixaba.

### **Atuação junto à bancada capixaba no Congresso Nacional para reformar as leis penais e de execução penal do país**

Boa parte dos problemas de segurança pública enfrentados no Brasil encontra origem nas leis penais e de execução penal, excessivamente lenientes para com os criminosos. À frente do governo do Espírito Santo, empregaremos toda a autoridade política do governador junto à bancada capixaba no Congresso Nacional para que haja, enfim, uma reformulação estrutural da legislação penal. Isso incluirá, entre outras medidas: a volta da prisão em segunda instância; o fim do auxílio-reclusão, da progressão de regime, das audiências de custódia e do juiz de garantias; e a implantação do direito penal do inimigo contra faccionados.

## Valorização da carreira militar

Nenhuma política de segurança pública é capaz de produzir resultados duradouros sem profissionais motivados, valorizados e conscientes da importância da missão que desempenham. A Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar constituem algumas das instituições mais respeitadas do Espírito Santo e são responsáveis por garantir, diariamente, a preservação da vida, da ordem pública e do patrimônio dos capixabas.

Apesar disso, a estrutura remuneratória dessas carreiras tem se tornado cada vez mais complexa ao longo dos anos, dificultando a compreensão da progressão funcional e criando distorções que comprometem a previsibilidade da carreira.

Defendemos a criação de uma política permanente de valorização das forças militares estaduais, baseada na transparência, na previsibilidade e na proporcionalidade remuneratória entre postos e graduações. O objetivo é estabelecer uma referência salarial clara para toda a carreira, de modo que cada posto ou graduação conte com uma proporção previamente definida em relação ao valor-base da estrutura remuneratória.

Tal medida permitirá que os militares compreendam com clareza a sua trajetória profissional, fortalecendo o planejamento financeiro das famílias e assegurando maior racionalidade na formulação de futuras políticas de valorização salarial. Além disso, contribuirá para evitar distorções históricas decorrentes da criação sucessiva de gratificações e vantagens específicas, promovendo maior equilíbrio entre os diversos níveis hierárquicos da corporação.

## SEGURANÇA PÚBLICA

Buscaremos, em conjunto com a Assembleia Legislativa, realizar estudos técnicos, atuariais e financeiros para viabilizar a implantação gradual desse modelo, sempre observando a responsabilidade fiscal e a sustentabilidade das contas públicas. Nosso compromisso é garantir que a valorização da carreira militar deixe de depender exclusivamente de negociações pontuais e passe a integrar uma política permanente de Estado.



## **Fortalecimento do efetivo operacional**

A principal função da Polícia Militar é o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública. Por sua vez, a função do Corpo de Bombeiros Militar é a proteção da vida, do patrimônio e do meio ambiente por meio de atividades operacionais especializadas. Contudo, uma parcela significativa dos militares estaduais encontra-se desempenhando, atualmente, funções administrativas que poderiam ser exercidas por servidores civis, sem qualquer prejuízo à atividade-fim das corporações.

Trata-se de uma distorção que reduz a presença do Estado nas ruas, aumenta a pressão sobre o efetivo operacional e gera desperdício de recursos humanos altamente qualificados para atividades que não exigem formação militar.

Realizaremos um amplo levantamento de todos os cargos e funções existentes na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros Militar, identificando aqueles que não exigem treinamento, doutrina ou qualificação específica de natureza militar. Funções administrativas, de apoio logístico, gestão de patrimônio, almoxarifado, protocolo, recursos humanos e atividades semelhantes serão analisadas individualmente para verificar a possibilidade de substituição gradual por servidores civis concursados.

A medida permitirá que centenas de militares retornem às atividades operacionais para as quais foram treinados, ampliando a capacidade de resposta das corporações sem a necessidade imediata de grandes expansões de efetivo.

# SEGURANÇA PÚBLICA

Em outras palavras, antes de aumentar o número de policiais e bombeiros, devemos garantir que aqueles com os quais já contamos estejam empregados da forma mais eficiente possível. Nosso objetivo é simples: colocar mais policiais nas ruas, mais bombeiros em atividades operacionais e mais Estado onde ele é verdadeiramente necessário.

## **Cooperação com outros estados em matéria de segurança pública**

Atuaremos em conjunto com o máximo de estados possíveis no compartilhamento de inteligência relativo às organizações criminosas. Essa articulação ocorrerá, preferencialmente, por meio de consórcios interestaduais que institucionalizem e deem celeridade ao fluxo de informações operacionais. É importante destacar que se criou, no âmbito do partido Missão, o Projeto Arco — desenhado, inicialmente, entre o Espírito Santo, o Rio de Janeiro e o Ceará —, cuja modelagem servirá de base para os eventuais consórcios que intentemos firmar.







# DESFAVELIZAÇÃO

Um problema ainda muito ignorado pela maioria dos capixabas é o das favelas. Muito associadas à paisagem urbana carioca, tais arranjos sociais improvisados e disfuncionais invadiram o imaginário do brasileiro para nele se naturalizarem. Mas as favelas não são nem um problema exclusivamente carioca, nem algo que deva ser normalizado, e o objetivo da Missão é garantir que, o mais rápido possível, todos esses locais tenham sido reurbanizados e transformados em bairros dignos.

Todos os indicadores das favelas tendem a ser piores do que os dos bairros vizinhos: qualidade da educação, gravidez na adolescência, presença de doenças infecciosas, ausência de acessibilidade, relações familiares disfuncionais, saneamento básico, violência doméstica etc. Ademais, são terrenos férteis para o crime organizado, que se aproveita da infraestrutura urbana precária e da falta de perspectiva para expandir seus quadros e atividades, bem como para se blindar da repressão do Estado. Tornar cidadãos plenos os habitantes desses locais e destruir o crime organizado requerem, pois, a destruição da própria ideia de favela.

Também não se trata de um problema distante da realidade capixaba — muito pelo contrário. Em números absolutos de moradores de favelas, o estado se posiciona na nona colocação do ranking nacional, com 600.000 pessoas vivendo nessa situação; em termos proporcionais, a situação é ainda pior: ocupa o quarto lugar, com 15,6% dos capixabas habitando favelas (proporção maior do que a do Rio de Janeiro).

## DESFAVELIZAÇÃO

Dessas, 85% estão concentradas na Grande Vitória, sendo que o município de Vitória é a quarta capital mais favelizada do Brasil, com 33,1% da sua população vivendo em tais arranjos urbanos.

O plano de governo nacional da Missão prevê o fim de todas as favelas do país em até dez anos. Apesar disso, o governo do Espírito Santo precisa estar pronto para encarar esse problema com ou sem ajuda da União, e é por isso que propomos um projeto estadual de desfavelização abrangente e acelerado, seguindo não só modelos internacionais de sucesso, como é o caso de Singapura, como também locais, a exemplo do bairro serrano de Colinas de Laranjeiras.

### **Mapeamento e planejamento**

Todas as favelas do Espírito Santo serão mapeadas e subdivididas de acordo com suas características, para que, com base nelas, se possa planejar, em conjunto com os municípios, o fim desse modelo falido de urbanização. Aquelas favelas que se encontram em áreas de encosta, de manancial ou em qualquer outra que apresente riscos ou que seja de difícil acesso devem passar por uma realocação de seus moradores para outros locais, de preferência para bairros planejados construídos próximos. Já aquelas que apresentem condições de tornarem-se, elas próprias, bairros funcionais, deverão passar por um processo de reurbanização.



## Um novo modo de vida

As novas habitações — ou as habitações antigas reformadas — cumprirão todas as normas técnicas de engenharia, e os seus moradores deverão ter acesso aos títulos de propriedade, por meio de uma ampla regularização fundiária. Mas só isso não basta: os novos bairros serão dotados de infraestrutura urbana completa, incluindo vias organizadas, rotatórias, praças, saneamento básico, calçadas de qualidade, ciclovias e projetos de arborização. Ademais, o Estado deverá investir em equipamentos públicos locais, como escolas, creches e postos de saúde, garantindo aos moradores acesso facilitado a tais serviços.

Outro objetivo é garantir o desenvolvimento econômico dessas regiões. Graças à verticalização urbana que se pretende promover, novos espaços serão liberados para a construção de empreendimentos empresariais, o que, somado à transformação dessas áreas em zonas econômicas especiais, estimulará a instalação de empresas nesses locais. Isso gerará empregos formais localmente, permitindo aos moradores trabalharem perto de suas casas e, conseqüentemente, desperdiçarem menos tempo com deslocamentos. Para o restante da cidade, significará menor trânsito e um sistema público de transporte menos sobrecarregado.

A nossa visão é clara: todo capixaba deve morar em uma boa casa, em um bom bairro, em uma boa comunidade. Nada disso é luxo, mas direito, e resolver o problema das favelas é pré-requisito para o desenvolvimento.

# DESFAVELIZAÇÃO

## Como fazer?

O plano de governo nacional da Missão propõe a criação de uma Política Nacional de Desfavelização, em que a própria União aportaria recursos nos projetos de reurbanização. Caso o partido seja bem-sucedido na eleição do presidente da República, estaremos prontos, aqui no Espírito Santo, para conduzir esse processo do modo mais eficiente possível.

De qualquer modo, estaremos prontos para promover a desfavelização do estado mesmo sem a ajuda da União — o que, presumimos, será o caso na hipótese de qualquer outro candidato, além de Renan Santo, vencer a eleição para presidente. Faremos isso por meio de aportes diretos do Governo do Estado, de parcerias público-privadas, de financiamento do BNDES ou de qualquer outro meio legítimo que encontremos para financiar esse ambicioso projeto de reestruturação urbana. Também destinaremos prédios públicos abandonados ou subutilizados para que sejam reaproveitados como moradias populares.

Cabe destacar, contudo, que uma política de desfavelização, para que seja bem-sucedida, deve ser, necessariamente, precedida por uma reocupação total dos territórios hoje controlados pelo crime organizado. Afinal, o Estado não é capaz de promover política pública alguma num local onde os seus agentes não são capazes de entrar ou de agir sem medo.

# DESFAVELIZAÇÃO

## Prevenção de novas favelizações

Desfavelizar o Espírito Santo é uma meta necessária, mas impedir o surgimento de novas áreas de ocupação irregular é igualmente importante. Não basta resolver os problemas herdados do passado se continuarmos permitindo que eles se reproduzam continuamente. Uma política séria de urbanização exige não apenas corrigir erros históricos, mas impedir que novas distorções dessa natureza voltem a ocorrer no futuro.

Grande parte das ocupações irregulares surge em áreas inadequadas para habitação, como encostas sujeitas a deslizamentos, margens de rios, áreas de preservação ambiental, regiões alagáveis e terrenos com elevada instabilidade geológica. Quando essas ocupações são identificadas somente depois de consolidadas, o custo humano, social e financeiro para solucioná-las torna-se extremamente elevado.

Propomos a criação de um Sistema Estadual de Monitoramento Territorial Permanente, integrado aos municípios e apoiado em ferramentas modernas de georreferenciamento, inteligência artificial, sensoriamento remoto por satélite e monitoramento por drones. O objetivo será mapear continuamente áreas vulneráveis à ocupação irregular e identificar, ainda em estágio inicial, qualquer tentativa de implantação de novos núcleos habitacionais em locais inadequados.

Uma vez detectadas ocupações em fase inicial, o Estado atuará de forma rápida e coordenada para impedir a sua consolidação.

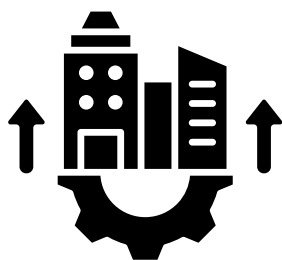


# DESFAVELIZAÇÃO

O custo de evitar o surgimento de uma ocupação irregular é infinitamente menor do que o custo de remover milhares de famílias anos depois, quando o problema já se tornou socialmente complexo.

Além disso, o sistema facilitará a identificação das áreas de risco já ocupadas, auxiliando no planejamento das ações de regularização fundiária, reassentamento e reurbanização. Nosso objetivo é garantir que o crescimento das cidades capixabas ocorra de forma ordenada, segura e compatível com a dignidade humana.





# INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA

O Espírito Santo vem se consolidando, nos últimos anos, como um hub logístico de importância nacional, com portos já não mais exclusivamente voltados à exportação de minério de ferro e celulose, mas a um conjunto cada vez mais diversificado de produtos. Exemplos abundam: vão desde a expansão e a modernização de portos como o Portocel, o Porto de Vitória e o Complexo de Tubarão até a construção do Imetame Logística Porto, em Aracruz, do Porto Central, em Presidente Kennedy, e do Private Log, na Serra — que, quando inaugurado, será o maior condomínio logístico do país.

A localização privilegiada do Espírito Santo e a saturação de portos tradicionais como o de Santos explicam, em parte, o interesse em transformar o estado em um hub logístico nacional; contudo, ainda há inúmeros gargalos de infraestrutura que precisam ser superados para que se realize tal potencial. Particularmente, a malha interna capixaba não acompanhou o crescimento dos seus portos, o que prejudica o escoamento da produção não só do próprio estado, mas de Minas Gerais, do Rio de Janeiro e da Bahia.

## INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA

Como exemplos de gargalos, pode-se citar: a obsolescência da BR-262 — ligando o Espírito Santo a Minas Gerais —, ainda pouco duplicada, sujeita a constantes desmoronamentos e considerada uma das rodovias mais letais do Brasil; o congestionamento da BR-101 Sul, rota quase exclusiva de escoamento entre o Rio de Janeiro e o Espírito Santo; e a baixa capacidade de fluxo na BR-101 Norte — que conecta o estado à Bahia —, ainda pouco duplicada e cruzando perímetros urbanos de alta densidade populacional, como Linhares e São Mateus. A resolução de tais gargalos passa não só por melhorar a malha existente, como também por oferecer rotas e modalidades alternativas para o escoamento de produtos.

Um problema presente em todos os trechos viários com elevado tráfego de carros e caminhões está nas deformações constantes no asfalto. A substituição desse pavimento pelo concreto — que, embora apresente maior custo de implantação, oferece maior durabilidade e menor custo de manutenção — mostra-se essencial para um estado que almeja consolidar-se como um hub logístico nacional, ainda que estradas de concreto sejam raras no Brasil como um todo. Trechos alternativos também precisariam ser construídos para desviar o tráfego de veículos pesados de áreas de alta densidade urbana, como ocorre na BR-101 Norte.

Além das rodovias, o modal ferroviário também é merecedor de maior foco. Apesar do relevo acidentado do Espírito Santo — o que dificulta a instalação desse tipo de infraestrutura —, é aqui que se encontra uma das ferrovias mais eficientes do Brasil: a Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM), operada pela Vale.

## INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA

Deve esta servir de modelo para uma expansão da malha ferroviária capixaba, necessária para que seja concretizado todo o potencial logístico do Espírito Santo, em especial no que tange ao escoamento de commodities. Projetos nesse sentido já existem, mas sofrem com constantes atrasos de execução, como é o caso da EF-118 ligando o estado ao Rio de Janeiro, que seria essencial para desafogar a já saturada BR-101 Sul.

### **A busca por investimentos**

Será um dos principais focos da nossa gestão eliminar os gargalos logísticos existentes no estado, o que barateará os custos de transporte e tornará a economia capixaba mais competitiva. Como os projetos de infraestrutura já existem — ainda que sempre haja margem para melhorias —, o foco deverá ser garantir fontes de financiamento para que estes ou saiam do papel, ou — para aqueles que já estejam em fase de execução — sejam finalizados dentro do prazo.

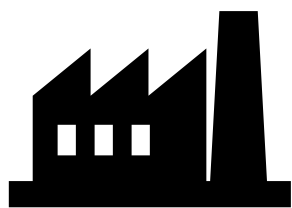
Por se tratar de investimentos que gerarão ganhos econômicos e tributários, dívidas contraídas com o intuito de concretizá-los se pagarão no longo prazo. Por isso, buscaremos não só firmar parcerias público-privadas e consórcios com outros entes federativos, como, também, financiamento com instituições como o BNDES, o Banco Mundial e o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD). Também adotaremos uma intensa política de paradiplomacia com o intuito de buscar parceiros mundo afora que tenham interesse em investir na infraestrutura do estado.

### **Inspeção das obras já finalizadas e em execução**

Uma visita realizada por nós no Contorno do Mestre Álvaro revelou algo preocupante: o pavimento de concreto que deveria durar vinte anos já apresentava sinais de desgaste meros dois anos após a entrega da obra. Pior, os buracos que foram surgindo na rodovia estavam sendo tapados com asfalto, em vez do concreto original — dois elementos com características distintas sendo misturados de modo absolutamente improvisado.

Tal fato fez nascer a dúvida sincera sobre a integridade das demais obras entregues nos últimos anos, além daquelas que ainda estão em execução. Faremos, portanto, uma inspeção extensiva em todas essas obras em busca de irregularidades — e, se for o caso, de responsabilizações. A depender do que encontrarmos, tempo e recursos que poderiam ser empregados em novas obras terão, infelizmente, de ser gastos na reforma das antigas. Isso, contudo, terá de ser feito, pois o nosso compromisso não é apenas com a expansão da infraestrutura logística do Espírito Santo, mas com a garantia de que aquilo que já existe esteja em boas condições.





# INDÚSTRIA

A economia do Espírito Santo tem se provado vocacionada para a logística e para a indústria. Entre 26% e 30% do PIB capixaba correspondem ao setor industrial — com destaque para os setores de petróleo, gás, mineração e siderurgia —, ao passo que, no Brasil como um todo, a indústria representa algo entre 21% e 23%. Soma-se a isso o fato de o estado ser, de acordo com uma pesquisa da FGV IBRE de 2025, líder em Produtividade Industrial e Exportadora, o que significa que não só produz muito, como produz melhor — com mais eficiência.

Além disso, o Espírito Santo cada vez mais se consolida como um hub logístico de importância nacional, graças à sua capacidade portuária, que, se espera, aumentará ainda mais com a construção do Porto Central, em Presidente Kennedy. Isso se reflete no fato de o estado ser um dos mais abertos ao comércio internacional no país — de acordo com o Instituto Jones dos Santos Neves, o comércio exterior representou cerca de 54,64% do PIB capixaba em 2025, enquanto a média brasileira foi, nesse mesmo período, de 27,53%.

O potencial industrial do Espírito Santo é, portanto, gigantesco, mas entendemos que muito ainda deve ser feito para maximizar e dinamizar esse setor. Essa será uma das prioridades da nossa gestão, pois partimos do pressuposto de que a economia capixaba só se desenvolverá de modo satisfatório por meio da industrialização.

## Hubs industriais

Propomos a criação de hubs industriais — fomentados pelo Governo do Estado — próximos aos portos capixabas, com o objetivo de atender ao comércio internacional e interestadual. Inicialmente, o foco será no Porto Central, mas a ideia é, no futuro, expandir o modelo para outros pontos do litoral.

O plano envolveria a reserva, pelo governo, de uma determinada área próxima ao porto para destiná-la à instalação de uma zona industrial. Uma infraestrutura básica seria, então, construída nesse local: pavimentação, linhas de transmissão, saneamento básico, iluminação, fornecimento de gás, rede de distribuição de energia etc. Tais obras seriam financiadas ou pelo estado ou por meio de parceria público-privada, ao passo que os terrenos seriam disponibilizados às empresas que desejem neles se instalar.

Um dos principais entraves para o desenvolvimento da indústria no Brasil é o licenciamento ambiental, que, em geral, demora um tempo irrazoável para ser concluído. Além da excessiva burocracia, um dos motivos para os atrasos — ao menos no Espírito Santo — é a má qualidade de muitos dos estudos ambientais realizados, resultando na necessidade de corrigi-los ou refazê-los — um retrabalho que custa tempo. Para evitar atrasos dessa natureza no hub industrial, criaremos um cadastro de conformidade técnica contendo os profissionais habilitados que, já tendo sido responsáveis por estudos de impacto ambiental no Espírito Santo, obtiveram sucesso na emissão das licenças; serão estes os únicos que poderão atuar com licenciamento ambiental dentro do hub, por já terem experiência comprovada na área.

## INDÚSTRIA

Ademais, a definição prévia de quais indústrias se instalarão no hub nos permitirá antecipar, ainda na fase de construção da infraestrutura básica da zona industrial, quais medidas de mitigação poderão ser adotadas já nessa fase, de modo a simplificar o processo de licenciamento ambiental posterior.

Também é necessário garantir que haja investimentos em linhas de transmissão e redes de distribuição associadas a usinas termelétricas despacháveis próximas à área de consumo — reduzindo, pois, as perdas de transmissão. De modo a reduzir o consumo de energia no hub, será exigido das empresas que lá se instalassem a apresentação de seus planejamentos energéticos, com metas claras de redução do consumo de energia. Como contrapartida, o governo estudará a viabilidade de se construir no hub uma planta de água quente que forneça esse recurso, de modo centralizado, às empresas do local, considerando ser o aquecimento de água bastante intensivo em energia.

Outras medidas também serão estudadas e mapeadas no momento de se elaborar o modelo de hubs industriais a ser adotado no Espírito Santo. A meta é garantir uma minimização de custos e um incremento da produção industrial no médio e no longo prazo, de modo a consolidar o estado como um centro econômico totalmente integrado às cadeias globais de produção.

### **Priorização dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR) para o setor industrial**

Por muito tempo, o desenvolvimento da indústria no Espírito Santo esteve condicionado à concessão de incentivos fiscais. Com a nova reforma tributária, contudo, essa ferramenta deixará de existir em pouquíssimos anos, inviabilizando qualquer plano de longo prazo para o setor que se baseie nessa estratégia. Por sorte, o estado tem se consolidado como um hub logístico importante, graças à expansão da sua capacidade portuária, o que, por si só, é um incentivo para a atividade industrial. Ainda assim, não consideramos isso o suficiente.

Como compensação ao fim dos incentivos fiscais, a reforma tributária criou a figura do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR), que contará com repasses da União a partir de 2029. O Espírito Santo terá direito a uma parcela desses recursos, e o nosso compromisso é que sejam estes investidos, prioritariamente, naquilo que beneficie o desenvolvimento industrial do estado. Com esse propósito, os representantes da indústria serão consultados, para que se saibam as suas principais demandas e de que modo esses recursos podem ser convertidos em geração de renda e emprego e no aumento da produtividade capixaba.



# MOBILIDADE URBANA NA GRANDE VITÓRIA

A mobilidade urbana da Grande Vitória enfrenta um problema estrutural que se agrava há décadas: a infraestrutura se expande em ritmo inferior ao crescimento da população e da atividade econômica.

A Região Metropolitana concentra a maior parte da população e da produção econômica do Espírito Santo, mas continua dependente principalmente do transporte rodoviário. A maioria dos investimentos realizados nas últimas décadas foi destinada à ampliação de pistas, construção de viadutos e abertura de novas vias. Embora essas obras sejam importantes, elas acabam incentivando ainda mais o uso do automóvel, fenômeno conhecido mundialmente como demanda induzida. O resultado é que, após alguns anos, os congestionamentos retornam aos mesmos corredores que receberam investimentos, exigindo novas ampliações e gerando um ciclo contínuo de aumento da dependência do carro.

A situação tende a se agravar nas próximas décadas. A Serra, por exemplo, possui projeções que apontam para uma população próxima a 1 milhão de habitantes entre 2040 e 2050. Enquanto isso, os deslocamentos diários entre Serra, Vitória, Vila Velha e Cariacica continuam aumentando.

Além dos congestionamentos, a dependência excessiva do transporte rodoviário gera perdas econômicas, aumenta os custos logísticos, reduz a produtividade dos trabalhadores, dificulta o acesso ao emprego e compromete a qualidade de vida da população.

## **MOBILIDADE URBANA NA GRANDE VITÓRIA**

Milhares de capixabas passam horas, diariamente, em deslocamentos entre casa, trabalho e estudo. Esse fenômeno, conhecido como movimento pendular, reduz o tempo disponível para a família, o lazer, a qualificação profissional e o descanso.

Ao mesmo tempo, a concentração de serviços em poucos polos urbanos obriga a população a realizar deslocamentos cada vez maior para acessar escolas, serviços públicos, atendimento de saúde, comércio e oportunidades de emprego. Isso faz com que a Grande Vitória fique progressivamente mais congestionada, gerando perda de produtividade, aumento da poluição e queda na qualidade de vida.

Ainda que mobilidade urbana seja de competência municipal, por se tratar de uma Região Metropolitana — composta, pois, de vários municípios —, o Governo do Estado pode e deve auxiliar na concepção de um projeto de mobilidade urbana intermunicipal que dê conta de gerir o movimento pendular que congestiona a Grande Vitória como um todo. Por isso, propomos uma política de mobilidade urbana baseada em três ações: (I) a implantação de uma rede integrada de VLT e BRT; (II) a realização de estudos e de atos preparatórios para a implantação de um metrô metropolitano; e (III) a adoção dos princípios da Cidade de 15 Minutos.

O objetivo é criar um sistema de transporte moderno, integrado e preparado para acompanhar o crescimento populacional das próximas décadas, reduzindo a dependência do automóvel e oferecendo alternativas eficientes para os deslocamentos diários.



# **MOBILIDADE URBANA NA GRANDE VITÓRIA**

## **Implantação integrada de VLT e BRT**

Será criada uma rede integrada de transporte coletivo de alta capacidade baseada na implantação conjunta de VLT e BRT nos principais corredores urbanos da Grande Vitória. O VLT será o principal modal estruturante da rede, oferecendo maior capacidade de transporte, mais conforto para os passageiros e menor impacto ambiental. O BRT atuará de forma complementar, aproveitando corredores exclusivos e ampliando a cobertura do sistema para outras regiões.

A ideia — embora essa possa ser modificada, a depender de estudos técnicos — é que os investimentos iniciais sejam concentrados em eixos estratégicos da Região Metropolitana, de modo a formar uma rede integrada entre Serra, Vitória, Vila Velha e Cariacica.

Além da infraestrutura, a proposta prevê a modernização gradual da frota do Transcol e a integração operacional entre ônibus convencionais, BRT e VLT, otimizando a eficiência do sistema e reduzindo o tempo de deslocamento da população.

## **Estudos para implantação do metrô metropolitano**

Além dos investimentos em VLT e BRT, será iniciado um amplo estudo de viabilidade para a implantação de um sistema de metrô na Grande Vitória.

O primeiro passo será identificar a demanda potencial de passageiros, os principais fluxos de deslocamento da Região Metropolitana e os corredores nos quais um sistema de alta capacidade pode gerar maior impacto econômico e social. O estudo também avaliará os custos de implantação, operação e manutenção do sistema.

# MOBILIDADE URBANA NA GRANDE VITÓRIA

Entre as alternativas a serem analisadas está uma ligação entre o Terminal de Carapina e o Terminal de Vila Velha, conectando importantes polos urbanos, comerciais, educacionais e de transporte da Região Metropolitana. O traçado poderá incluir regiões como Fernando Ferrari, Goiabeiras, UFES, Reta da Penha e a ligação entre Vitória e Vila Velha, sempre com base em critérios técnicos e estudos de engenharia.

Também serão avaliadas as melhores soluções construtivas para cada trecho, incluindo alternativas subterrâneas, semissubterrâneas ou em superfície, buscando equilibrar eficiência operacional, impacto urbano e viabilidade financeira.

Caso os estudos indiquem viabilidade técnica e econômica, o Estado buscará parcerias com o Governo Federal, o BNDES, organismos internacionais e investidores privados para tirar o projeto do papel.

Mais do que uma obra de infraestrutura, o metrô representa um investimento estratégico na produtividade, na qualidade de vida e no desenvolvimento econômico da Grande Vitória, reduzindo significativamente os tempos de deslocamento e aproximando trabalhadores, estudantes e empresas.



# **MOBILIDADE URBANA NA GRANDE VITÓRIA**

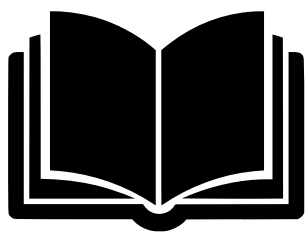
## **Cidade de 15 Minutos e Mobilidade Ativa**

O Governo do Estado atuará em parceria com as prefeituras para incentivar a descentralização dos serviços públicos de menor complexidade, aproximando escolas, unidades de saúde, áreas de lazer, equipamentos esportivos e postos de atendimento da população.

A proposta também prevê a ampliação da infraestrutura cicloviária, a integração entre as bicicletas e o transporte público, a construção de bicicletários e o apoio técnico aos municípios para a adoção dos princípios da Cidade de 15 Minutos. O objetivo é reduzir a necessidade de deslocamentos longos, diminuindo a dependência do automóvel e melhorando a qualidade de vida da população.

Paris se tornou uma das principais referências mundiais nesse modelo. A cidade implantou mais de 1.000 quilômetros de infraestrutura cicloviária e investiu aproximadamente 250 milhões de euros em mobilidade ativa. Como resultado, as viagens diárias por bicicleta cresceram de cerca de 400 mil para mais de 1,1 milhão por dia. Ao mesmo tempo, o tráfego de automóveis em regiões centrais caiu mais de 60% e os níveis de poluição atmosférica foram reduzidos em aproximadamente 40%. Além disso, a cidade registrou crescimento da utilização do transporte público, demonstrando que cidades planejadas para pessoas não eliminam o transporte coletivo; pelo contrário, fortalecem sua utilização.

A proposta busca adaptar essas experiências à realidade capixaba, criando cidades mais próximas, acessíveis e eficientes, onde uma parcela cada vez maior das atividades do dia a dia possa ser realizada a pé, de bicicleta ou por transporte coletivo.



# EDUCAÇÃO

A divulgação falaciosa dos dados de educação do Espírito Santo induz muitos à percepção equivocada de um panorama promissor acerca da qualidade educacional capixaba. Encontramo-nos, afinal, numa boa posição no cenário nacional; não seria isso comprovação de excelência? O problema é que o Brasil, como um todo, vai muito mal, como demonstra o Ranking Pisa — internacional —, que ano a ano coloca o país dentre as últimas posições em educação. Destacar-se nacionalmente significa, portanto, distinguir-se entre os piores, e, de fato, quando comparado ao restante do mundo, o sistema educacional capixaba é um desastre.

Os professores perderam a autoridade em sala de aula e a sua autonomia avaliadora, tornando-se vítimas da tirania das aprovações automáticas; aqueles que se insurgem, sofrem perseguições. A gestão das escolas se submete cada vez mais aos interesses políticos de ocasião, mais interessados em maquiar dados do que em entregar um serviço público de qualidade. Milhares de alunos são aprovados todo ano sem saber ler, escrever ou realizar operações matemáticas simples com competência, inviabilizando-os de exercer a cidadania plena ou de se inserir na economia do século XXI como mão de obra qualificada. Tudo isso se soma à enorme disparidade de desempenho entre alunos da rede pública e da rede privada — embora esta também não esteja boa —, o que acaba por aprofundar ainda mais as desigualdades sociais da sociedade brasileira.

## EDUCAÇÃO

Não podemos permitir que os rankings nacionais nos iludam acerca da educação capixaba: esta não vai bem. Nossa gestão pautar-se-á por critérios internacionais para avaliar a qualidade do nosso ensino, e só nos satisfaremos quando as nossas crianças e adolescentes estiverem concorrendo de igual a igual contra os jovens de outros países — desenvolvidos e emergentes. Para isso, focaremos no básico: garantir que os estudantes concluam o Ensino Fundamental com domínio perfeito de português e de matemática e que o Ensino Médio cumpra a função de prepará-los para o mercado de trabalho do século XXI.

### **Força-tarefa pelo fim da defasagem educacional**

Em colaboração com os Municípios, identificaremos todos os alunos da rede pública que apresentam déficits de ensino em português e matemática. A alfabetização deve ser plena até o 3º ano do Ensino Fundamental, e todos aqueles que não apresentarem domínio de leitura e escrita até esse momento precisam receber um acompanhamento especial para que supram esse atraso. Uma força-tarefa educacional será instituída para realizar esse trabalho do modo mais rápido e eficaz possível, e medidas de avaliação e de reforço mais intensas serão tomadas para prevenir novas defasagens no futuro.

A intenção é que, dessa força-tarefa, surja um programa permanente de reforço e de cursos profissionalizantes, ministrados nas unidades escolares nos horários em que estas ficariam ociosas.

## **EDUCAÇÃO**

A oferta será extensiva a jovens adultos fora da faixa etária escolar que busquem preparação para vestibulares e concursos públicos; ademais, as comunidades serão convidadas a participar ou a organizar atividades educacionais, esportivas e culturais dentro das escolas. Já em relação aos cursos profissionalizantes, estes se alinharão às vocações econômicas de cada região, seja na indústria, na agropecuária ou nos serviços.

### **Ensino Técnico integrado**

Integraremos, ao máximo, o Ensino Médio ao Ensino Técnico, por meio de parcerias com universidades, com o setor produtivo e com o Sistema S. O objetivo é garantir que os alunos da rede pública concluam o ciclo escolar com competências técnicas que os qualifiquem para postos de trabalho nos setores mais dinâmicos de suas regiões. Além disso, o governo atuará ativamente na facilitação da empregabilidade, instituindo programas de intermediação entre o setor produtivo e os jovens em busca de emprego.

### **Escolas cívico-militares**

Expandiremos o modelo de escolas cívico-militares para todos os locais de alta vulnerabilidade social. Somado à erradicação do crime organizado e ao processo de desfavelização, garantiremos, assim, a inserção dos jovens das comunidades à sociedade brasileira de fato, por meio da disciplina rígida. Tal modelo já se provou eficaz, e acreditamos tratar-se de um excelente instrumento de transformação, capaz de converter aqueles hoje marginalizados em cidadãos, detentores de direitos e deveres.



## **Auxílio financeiro a alunos com base em desempenho**

Para as famílias em vulnerabilidade social, as horas dedicadas ao estudo e à qualificação por crianças e adolescentes impõem um custo de oportunidade elevado a elas, visto que a força de trabalho desses jovens poderia auxiliar no sustento doméstico. Para combater o trabalho infantil e a evasão escolar, e assegurar a dedicação plena ao aprendizado, o estudo deve ser encarado como um ofício que demanda contrapartida financeira. Isso garantirá que as famílias que não reconheçam o valor intrínseco da educação — realidade, infelizmente, bastante comum — passem a valorizá-la, ao menos, em termos econômicos.

Criaremos, portanto, um auxílio financeiro para estudantes da rede pública, cujo valor estará atrelado ao seu desempenho em exames semestrais aplicados pelo Governo do Estado. Os professores dos alunos com melhor desempenho receberão, ademais, premiações pecuniárias, extensíveis aos diretores das escolas que atingirem as metas estabelecidas. Por outro lado, as instituições cujos estudantes não atinjam os patamares mínimos de desempenho terão, obrigatoriamente, suas gestões substituídas.

Por fim, identificaremos os alunos superdotados ou de maior talento da rede pública para conceder-lhes bolsas de estudo nas melhores escolas do estado, inclusive em instituições privadas. O objetivo é assegurar que esses estudantes materializem suas potencialidades, equiparando-lhes as oportunidades às daqueles de maior renda, o que lhes permitirá concorrer de igual para igual tanto nos processos seletivos e vestibulares quanto no mercado de trabalho.

## **Método fônico para alfabetização**

Incentivaremos, ao máximo, a aplicação do método fônico nas escolas da rede pública estadual. Estudos globais e pesquisas em neurociência comprovam que ensinar a relação direta entre letras e sons acelera a leitura e melhora a compreensão textual. A neurobiologia da leitura mostra que o cérebro humano não aprende a ler naturalmente como aprende a falar. O método fônico conecta o sistema visual diretamente às áreas auditivas da fala de forma lógica. Relatórios científicos internacionais, como o National Reading Panel e estudos de universidades de Harvard, validam a instrução fônica sistemática como o pilar mais seguro para evitar o analfabetismo funcional.

## **Abordagem CPA (Concreto, Pictórico, Abstrato)**

Incentivaremos o uso da abordagem CPA no Ensino Fundamental da rede pública estadual. Com esse método, os alunos começam manipulando objetos físicos (blocos, fichas), seguem para as representações visuais (desenhos, diagramas) e só depois avançam para os símbolos e números tradicionais ( $2 + 3 = 5$ ).

Concreto → Pictórico → Abstrato

# EDUCAÇÃO

## 1. Concreto (Enativo)

- O que é: o aprendizado começa com a manipulação de objetos reais e físicos.
- Exemplo: o aluno conta 5 maçãs físicas, blocos de montar, palitos ou fichas coloridas.
- Objetivo: trazer o conceito matemático para o mundo real por meio do toque e da ação direta.

## 2. Pictórico (Icônico)

- O que é: o estudante avança para a representação visual ou gráfica daqueles objetos.
- Exemplo: em vez de pegar maçãs reais, o aluno agora olha ou desenha 5 círculos, quadradinhos ou gráficos de barras no papel.
- Objetivo: criar uma imagem mental estável do conceito.

## 3. Abstrato (Simbólico)

- O que é: a introdução formal dos símbolos, Algarismos e operadores matemáticos.
- Exemplo: o aluno finalmente escreve e resolve a expressão matemática pura utilizando os números:  $3 + 2 = 5$ .
- Objetivo: operar com conceitos puramente matemáticos e lógicos após dominar o significado por trás deles.

## **Soroban e o ábaco mental**

Incentivaremos a introdução do soroban e do ábaco mental (ou Anzan) no Ensino Fundamental da rede pública estadual, inclusive por meio de torneios. Ao passo que o primeiro é o ábaco japonês tradicional, o segundo é a técnica avançada de projetar essa ferramenta na mente para realizar cálculos matemáticos complexos em segundos. A prática sistemática do instrumento físico permite que o cérebro crie uma "calculadora invisível", ativando o raciocínio lógico e a memória visual. O Soroban é visualizado inteiramente na mente, dando espaço ao que chamamos de ábaco mental. Os dedos realizam micro movimentos automáticos rápidos enquanto o cérebro altera a posição das contas imaginárias em alta velocidade.

## **Adoção do RTI**

Adotaremos, na rede pública estadual, o RTI (Response to Intervention — Resposta à Intervenção): um modelo pedagógico e preventivo, composto por 3 camadas, estruturado para identificar e apoiar precocemente alunos com dificuldades de aprendizagem. Em vez de esperar que o estudante falhe para oferecer ajuda ou para reprová-lo, a escola monitora o progresso de todos e intensifica o suporte em níveis (camadas) conforme a necessidade de cada um. As três camadas funcionam como um funil de suporte e estão divididas da seguinte forma:

# EDUCAÇÃO

## Camada 1: Instrução Universal (Prevenção Primária)

- Público-alvo: 100% dos alunos da sala de aula regular.
- Foco: Oferecer ensino de alta qualidade na própria sala, utilizando práticas pedagógicas baseadas em evidências científicas.
- Ação: Realização de triagens universais e avaliações diagnósticas trimestrais para acompanhar o ritmo da escola inteira.
- Eficácia: Espera-se que entre 80% e 90% dos estudantes respondam bem a essa camada e consigam aprender sem apoio extra.

## Camada 2: Intervenção em Pequenos Grupos (Prevenção Secundária)

- Público-alvo: Cerca de 10% a 15% dos alunos que não progrediram na Camada 1.
- Foco: Fornecer suporte suplementar e direcionado para sanar dificuldades específicas (geralmente em leitura, escrita ou matemática).
- Ação: Sessões de instrução focada realizadas de 2 vezes por semana, em pequenos grupos (de 3 a 5 alunos) no contraturno, com duração de um turno completo de reforço (5 horas) por dia.
- Monitoramento: O progresso é avaliado com maior frequência para checar se a intervenção está funcionando.

## Camada 3: Intervenção Intensiva e Individualizada (Prevenção Terciária)

- Público-alvo: Aproximadamente 5% dos estudantes que continuam com lacunas graves após as duas primeiras etapas.
- Foco: Atendimento altamente individualizado e intensivo.
- Ação: O planejamento pedagógico se torna personalizado e o suporte ocorre em sessões individuais ou em duplas por 3 vezes na semana, com duração de um turno completo de reforço (5 horas) por dia.

## EDUCAÇÃO

- Abordagem: Utiliza múltiplas fontes de dados e costuma envolver uma ponte entre o ambiente educacional e o ambiente clínico. Se o aluno não responder a esta camada, ele é encaminhado para avaliações formais de transtornos de aprendizagem, como a dislexia.

### **Fim da aprovação automática**

Caso fique comprovado por avaliações internas e externas que o aluno não está desenvolvendo adequadamente as competências esperadas para sua série — incluindo domínio de conteúdo —, que não atinge os requisitos mínimos para progredir para próxima série, que mesmo após ter passado no mínimo pela camada 2 do RTI e não possuir problemas clínicos que justifiquem seu baixo desenvolvimento, não conseguindo atingir os limites mínimos de 60% de aproveitamento por área de conhecimento, ele será retido na mesma série com o imperativo de garantir a aprendizagem efetiva das competências e conteúdos esperados para aquela série.





## **Metade do tempo para planejamento**

A valorização do magistério e a melhoria da qualidade do ensino passam pela reestruturação da jornada de trabalho. Atualmente, a legislação garante um terço da carga horária para atividades extraclasse; nossa gestão elevará esse patamar, estabelecendo como meta que pelo menos metade (50%) do tempo de trabalho do professor seja dedicado ao planejamento, aperfeiçoamento contínuo, correção de avaliações e desenvolvimento de materiais pedagógicos.

Esta medida visa desonerar o professor da sobrecarga de horas em sala de aula, permitindo que o período de contato direto com os estudantes seja marcado por maior qualidade, foco e planejamento estratégico. Entendemos que um docente com tempo adequado para a preparação é a base indispensável para a eficácia das novas metodologias que implementaremos na rede estadual.

## **Telas e inteligência artificial**

Implementaremos políticas de desestímulo ao uso de telas, incluindo a proibição completa do uso de aparelhos celulares em sala de aula por parte dos alunos, com punições claras para quem descumprir as regras. Da mesma forma, vedaremos o uso indiscriminado da IA para a execução de trabalhos e tarefas escolares.

Para isso, o governo incentivará a adoção de metodologias mais analógicas, como o Soroban e o método CPA. Em contrapartida, entendemos também que é papel da escola promover a robótica, a programação e a informática. O uso inteligente da tecnologia é um catalisador no aprendizado do estudante.

## **Sistema Escalonado de Prevenção e Resposta Disciplinar**

Estruturaremos um sistema multicamada projetado para lidar com os problemas de indisciplina nas escolas. Para organizar tal sistema, criaremos a figura do Coordenador de Disciplina e Convivência Escolar como profissional específico e formalmente responsável pela coordenação do sistema escalonado de prevenção e resposta disciplinar em cada escola. Esse profissional prestará suporte direto aos docentes em situações de indisciplina, sendo de sua atribuição a organização dos registros disciplinares, a convocação e o acompanhamento das intervenções, a articulação com as famílias e a padronização institucional das respostas.

Esse sistema deverá ser organizado em três níveis:

Nível 1: Prevenção universal, ensino explícito de regras, padronização mínima das respostas, rotinas e monitoramento de dados para toda a escola.

Nível 2: Intervenção focalizada para estudantes reincidentes, com metas comportamentais, acompanhamento individual ou em pequeno grupo, mentoria e contato com a família.

Nível 3: Intervenção intensiva individualizada para condutas persistentes, graves ou de alto impacto sobre o ambiente pedagógico.

## EDUCAÇÃO

Todas as medidas disciplinares devem ter consequências claras, a fim de garantir a estabilidade do ambiente de aprendizagem em sala de aula e o respeito ao direito de estudar dos demais estudantes. A não resolução dos problemas de indisciplina no ambiente escolar implicará no acionamento de uma Rede de Proteção Externa, como o Conselho Tutelar, o Ministério Público e os órgãos de assistência social do município, para a aplicação das medidas protetivas e de responsabilização cabíveis fora o ambiente escolar. Caso a integridade física ou a saúde mental do corpo docente e discente esteja em risco, a direção da unidade poderá determinar o afastamento preventivo do estudante de forma temporária, garantindo-se o regime de estudos domiciliares até que os órgãos competentes definam as medidas aplicáveis ou a realocação assistida do aluno.

### **Reativação do projeto Escola Aberta**

O projeto Escola Aberta fora concebido para abrir as unidades escolares aos finais de semana para a prática de atividades esportivas, de modo a fortalecer o vínculo entre escola, estudantes, famílias e comunidade. A descontinuidade dessa iniciativa privou o sistema educacional de uma ferramenta essencial de integração, motivo pelo qual a sua reedição será uma meta prioritária da nossa gestão.

A proposta prevê o uso das quadras e espaços escolares para modalidades como futebol, futsal, vôlei, basquete, handebol, atletismo, xadrez e outras práticas, sob a coordenação de professores, monitores ou profissionais parceiros. O programa visa incentivar hábitos saudáveis, ocupar o tempo livre dos jovens de forma produtiva, prevenir a evasão, a violência e o uso de drogas, além de transformar a escola em um espaço seguro de convivência, disciplina, cooperação e pertencimento comunitário.

## **Universidade Estadual do Espírito Santo**

A criação de uma Universidade Estadual do Espírito Santo é uma demanda histórica do estado, e concretizá-la será uma das metas centrais da nossa gestão. Contudo, essa nova instituição não seguirá o modelo acadêmico tradicional; em vez disso, pautar-se-á por uma integração orgânica e imediata com o setor produtivo capixaba. A universidade terá seu escopo estritamente limitado às ciências exatas e biológicas, com foco em tecnologia e capacitação técnica de alto nível. Além disso, será territorialmente descentralizada, de modo a levar o ensino superior especializado aos polos estratégicos de desenvolvimento do estado.

A implementação da Universidade Estadual do Espírito Santo ocorrerá de forma gradual e planejada, em estrita consonância com a capacidade de investimento do governo. Simultaneamente, o setor produtivo será um parceiro estratégico, convidado a participar ativamente e a investir na instituição por meio de parcerias público-privadas (PPPs). Esse modelo permitirá, inclusive, o mapeamento contínuo das demandas mais urgentes por mão de obra especializada e por projetos de inovação. Trata-se de um investimento que trará importantes retornos econômicos no longo prazo para o estado, dos quais uma parte deverá ser reinvestida na própria universidade, conferindo-lhe, progressivamente, maior autonomia financeira.



# SAÚDE

A saúde pública no Espírito Santo enfrenta desafios estruturais crônicos que comprometem o atendimento à população. Entre os principais estão a dificuldade de acesso aos serviços especializados e a descontinuidade do cuidado durante o encaminhamento entre a Atenção Primária e os serviços de média e alta complexidade. Mesmo com os investimentos realizados pelo estado, persistem falhas estruturais e de gestão que resultam em longas filas para consultas, exames e cirurgias, especialmente nas áreas de ortopedia, neurologia, oftalmologia e cirurgia vascular.

## **Prontuário único**

Muitos municípios utilizam sistemas diferentes que não se comunicam adequadamente. Por causa disso, prontuários ficam separados, exames se perdem e os hospitais e centros especializados nem sempre conseguem acessar o histórico da Atenção Primária. Essa falta de integração prejudica a continuidade do cuidado, favorece a repetição desnecessária de exames e dificulta o acompanhamento longitudinal do paciente. Por causa disso, o fortalecimento de um prontuário único estadual e interoperável vem sendo cada vez mais debatido.

Para resolver esse problema, implementaremos o Prontuário Único de Saúde do Espírito Santo (PUS-ES): uma base de dados central que integra as informações clínicas de toda a rede estadual e, progressivamente, municipal.

## SAÚDE

A meta, com forte carga simbólica e política, é consolidar o Espírito Santo como o primeiro estado brasileiro a ter toda a sua rede pública de saúde plenamente conectada, assegurando a interoperabilidade total dos dados em um único sistema.

A implementação se dará em duas fases. Na primeira (anos 1 e 2), promoveremos a integração de toda a rede estadual e das redes municipais ao PUS-ES, com prioridade absoluta para a rede pública. Já na segunda fase (a partir do ano 2), daremos início à execução de um plano de integração gradual das redes privadas — hospitais, consultórios, clínicas e laboratórios de exames —, sem caráter compulsório imediato.

O estado arcará integralmente com o custo de implementação do PUS-ES na rede pública, incluindo a infraestrutura tecnológica e a capacitação das equipes municipais. Nenhum município será onerado pela adesão ao programa: a gestão da ferramenta será transferida à rede municipal somente após a plena operação do sistema na região, sem custos adicionais de implementação ou treinamento.

As informações anonimizadas do PUS-ES serão disponibilizadas a instituições de ensino e pesquisa para estudos de correlação entre doenças, perfis epidemiológicos e regiões geográficas. Com foco no Espírito Santo, a medida fortalecerá a vigilância epidemiológica e permitirá a antecipação de surtos e a otimização das políticas de saúde pública.

Os resultados esperados com essa política são: (I) a redução da duplicidade de exames e do desperdício de insumos e materiais; (II) o aprimoramento do controle de materiais, recursos humanos e desempenho clínico-assistencial em toda a rede;

(III) a integração dos dados do PUS-ES ao sistema de valorização profissional previsto neste plano; e (IV) a redução da subnotificação, com o consequente fortalecimento da capacidade de previsão de surtos e de prevenção ao desabastecimento de medicamentos.

É fundamental destacar que o modelo de prontuário eletrônico unificado já está em construção no Brasil por meio da Rede Nacional de Dados em Saúde (RNDS), plataforma do Ministério da Saúde que promove interoperabilidade entre sistemas públicos e privados. No âmbito municipal, a experiência de São Paulo, que iniciou em outubro de 2024 sua Rede Municipal de Dados do SUS, serve como referência estratégica. Dados operacionais desse projeto demonstraram uma redução de até 18% no tempo médio de atendimento clínico e de espera por exames nas unidades onde a interoperabilidade já foi implantada, com uma economia estimada de R\$ 12 milhões anuais decorrente da eliminação da duplicidade de procedimentos.

### **Valorização profissional por meritocracia**

Os profissionais de enfermagem, fisioterapia e odontologia sustentam o cotidiano da Atenção Primária e estão entre as categorias mais desvalorizadas da rede de saúde. O mesmo desafio atinge os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate às Endemias — que atuam na ponta, no contato direto e contínuo com a população —, bem como os médicos que compõem essas equipes. Atualmente, nenhuma dessas categorias conta com um instrumento objetivo que reconheça e remunere, de forma diferenciada, quem entrega maior qualidade e melhores resultados ao paciente.



Atuaremos para que parte dos ganhos de eficiência, oriundos da implementação do prontuário único, seja direcionada a um programa de bonificação por desempenho. Não se trata de um reajuste linear, mas de um sistema de meritocracia focado no reconhecimento da produtividade e da qualidade do atendimento. Inicialmente, o programa priorizará a Atenção Primária, por constituir o nível de cuidado de maior continuidade e impacto na saúde da população.

A avaliação de desempenho combinará dois critérios, para evitar que o resultado de toda uma equipe seja distorcido por um único profissional de baixo desempenho ou, inversamente, que o esforço individual se perca dentro da média da equipe:

- Avaliação individual: considerará a quantidade de atendimentos, a qualidade da evolução clínica dos casos acompanhados, a resolutividade e os indicadores de satisfação do paciente.
- Avaliação de equipe: considerará o desempenho coletivo da unidade ou do território, de modo a reconhecer e incentivar o trabalho colaborativo.

Um ponto central de justiça do programa é que a avaliação não será aplicada de forma indiscriminada entre regiões com realidades distintas. O estado condicionará a cobrança por resultados à prévia garantia de oferta de recursos adequados para alcançá-los. Nesse sentido, os parâmetros de avaliação serão calibrados regionalmente, baseados em estudos prévios sobre a evolução de cada território após a implementação do PUS-ES e das políticas de Atenção Primária, sendo periodicamente ajustados à medida que mais dados forem sendo consolidados.

Objetiva-se, com essa medida: (I) reter profissionais qualificados na rede pública, especialmente na Atenção Primária;

(II) elevar, consideravelmente, a qualidade assistencial, com base em indicadores clínicos e de satisfação; e (III) instituir uma cultura de reconhecimento por mérito, pautada em critérios transparentes e regionalmente justos.

É importante destacar que a literatura sobre esgotamento profissional no setor público brasileiro associa, de forma consistente, a falta de reconhecimento e a sobrecarga de trabalho ao maior absenteísmo e à queda da produtividade. Esse cenário reforça a premissa de que a valorização objetiva do desempenho tende a produzir o efeito contrário: maior engajamento, satisfação e retenção dos profissionais.

### **Saúde no interior: exames e especialistas presenciais**

O modelo de assistência atual impõe aos residentes do interior do Espírito Santo o constante deslocamento para grandes polos como Vitória, Serra, Vila Velha, Colatina e Cachoeiro de Itapemirim, seja para consultas com especialistas, seja para exames de rotina. Essa centralização sobrecarrega o transporte sanitário, aumenta o absenteísmo e retarda diagnósticos e tratamentos precoces, agravando quadros clínicos evitáveis. Diante desse cenário, implementaremos um programa voltado a essas populações, organizado em duas frentes:

- Interiorização de exames laboratoriais: instalação de salas de coleta de exames (sangue, urina, entre outros) em todas as Unidades Básicas de Saúde do interior, com rede de logística diária para transporte das amostras até o centro especialista de referência da região.

## SAÚDE

- Especialistas presenciais em hospitais já existentes: reserva de duas a três salas de atendimento ambulatorial dentro de hospitais já existentes em regiões afastadas — não vinculadas à rotina hospitalar, mas dedicadas exclusivamente a consultas de especialistas como cardiologia, ortopedia e neurologia —, reduzindo a necessidade de deslocamentos dos pacientes para a Grande Vitória ou outros centros de referência.

O programa será fundamentado nos seguintes pilares:

- Logística integrada: implementação de fluxos diários para coleta e transporte de amostras aos centros de referência regionais, assegurando prazos de entrega compatíveis com a continuidade dos tratamentos.
- Diagnóstico de viabilidade: realização de estudos técnicos para identificar os entraves — legais, operacionais ou de mercado — que impedem a ampla adoção de salas ambulatoriais de especialistas em hospitais regionais.
- Política de atratividade: desenvolvimento de mecanismos de incentivo financeiros ou de progressão de carreira para especialistas, visando mitigar a defasagem da tabela SUS e assegurar a fixação ou o rodízio desses profissionais nas unidades do interior.

Espera-se com esse programa: (I) reduzir o deslocamento de pacientes do interior para os grandes centros; (II) otimizar o uso da infraestrutura hospitalar já existente; (III) conferir maior celeridade aos diagnósticos; e (IV) mitigar a descontinuidade dos tratamentos, evitando que pacientes abandonem o acompanhamento clínico devido a barreiras de mobilidade ou ao tempo de espera.

### **Racionalização e controle social das emendas parlamentarem em saúde**

As emendas parlamentares deixaram de ser uma fonte marginal de financiamento do SUS e passaram a ocupar um espaço cada vez maior no orçamento público da saúde. Em nível federal, a participação das emendas nas despesas com ações e serviços públicos de saúde saltou de 3,1% em 2014 para 11,4% em 2024, depois de chegar a 12,6% em 2023, um salto de R\$ 5,1 bilhões para R\$ 24,8 bilhões no período — hoje equivalente a 45,4% das despesas discricionárias do Ministério da Saúde. Esse crescimento não representa dinheiro novo entrando no sistema: é uma realocação de um orçamento já limitado, que desloca o poder de decisão do planejamento técnico do SUS para o critério individual de cada parlamentar.

Levantamentos do Ipea mostram ainda que parte relevante desses recursos é direcionada a municípios que já têm cobertura quase completa de atenção básica, sem gerar melhoria proporcional de qualidade, e que municípios beneficiados por emendas frequentemente reduzem seu próprio investimento em saúde, deslocando recursos para áreas menos prioritárias. O mesmo fenômeno se repete, em menor escala, no orçamento estadual: o Espírito Santo aprovou para 2026 um orçamento recorde em emendas parlamentares, o que reforça a urgência de qualificar o critério de aplicação desses recursos em saúde.

Tendo isso em vista, atuaremos para reverter o crescimento desproporcional das emendas parlamentares no financiamento do SUS, fortalecendo os mecanismos regulares e institucionais de financiamento sob a gestão do Executivo estadual.

## SAÚDE

Como parte central dessa reversão, condicionaremos a habilitação dos repasses e a aprovação dos planos de trabalho de emendas parlamentares estaduais em saúde à apresentação de manifestação prévia de conformidade emitida pelo respectivo Conselho Municipal de Saúde do ente beneficiário, garantindo transparência, participação social e o estrito alinhamento dos recursos com as necessidades prioritárias identificadas nos instrumentos de planejamento do SUS.

Um ponto de atenção jurídica orienta o desenho deste eixo: parte das emendas parlamentares, as chamadas emendas individuais e de bancada impositivas, tem execução obrigatória garantida por norma da Constituição Estadual, seguindo o mesmo modelo adotado em nível federal. Isso significa que o Poder Executivo não pode, por conta própria, vetar ou condicionar a execução dessas emendas a uma aprovação prévia de terceiros, sob pena de inconstitucionalidade. A proposta é desenhada para produzir controle social real dentro desse limite, e não contra ele:

- Fortalecimento do financiamento regular: como isso é competência plena do Poder Executivo, o Estado assume o compromisso de estruturar e ampliar os mecanismos ordinários de repasse e cofinanciamento estadual, reduzindo a dependência de municípios e unidades de saúde de recursos discricionários e imprevisíveis vindos de emendas.
- Participação no processo de conformidade: toda emenda parlamentar impositiva já passa, antes de virar lei orçamentária, por um procedimento de verificação de conformidade técnica e legal, que a vincula a uma ação orçamentária específica. A proposta insere os Conselhos Municipais de Saúde formalmente nesse procedimento, com direito a manifestação sobre a destinação, o beneficiário e o plano de trabalho de emendas em saúde, sem impedir a execução do valor, que continua constitucionalmente garantida.

- Condicionamento pleno nas emendas não impositivas: emendas de comissão, de relator e outras modalidades sem garantia constitucional de execução poderão, essas sim, ser efetivamente condicionadas à aprovação prévia do Conselho Municipal de Saúde e ao alinhamento com o Plano Municipal e o Plano Estadual de Saúde.
- Agenda legislativa complementar: qualquer ampliação do grau de condicionamento sobre as emendas impositivas — por exemplo, novas exigências de plano de trabalho, prestação de contas ou vinculação a metas sanitárias — depende de negociação e aprovação de lei ou emenda constitucional pela Assembleia Legislativa (Ales), não podendo ser imposta unilateralmente pelo Executivo. O Governo se compromete a liderar essa pauta junto ao Legislativo, em articulação com a Sesa, o Conselho Estadual de Saúde e o Colegiado de Secretarias Municipais de Saúde (Cosems-ES).

## **Telemedicina e digitalização do atendimento**

A escassez de especialistas no interior do Espírito Santo impõe um dilema logístico: o deslocamento de pacientes para grandes centros eleva os custos e sobrecarrega o transporte sanitário, enquanto a fixação de especialistas nos municípios remotos esbarra em desafios de infraestrutura e na necessidade de suporte profissional nas unidades locais. Ambas as estratégias, quando isoladas, revelam-se insuficientes para equacionar integralmente a demanda. Nesse contexto, a telemedicina apresenta-se como um vetor resolutivo fundamental, ao superar barreiras geográficas e permitir que os usuários acessem especialistas de qualquer parte do país, complementando o atendimento presencial onde este se mostra inviável ou oneroso.

## SAÚDE

Instituiremos, portanto, um programa de digitalização da saúde que combine os dois modelos, aplicados de forma diferenciada conforme o porte da localidade, e não como alternativas excludentes:

- Em Unidades Básicas de Saúde localizadas em municípios ou distritos com população acima de um patamar mínimo, será instalada uma sala de telessaúde, com um profissional técnico mediador presencial (técnico de enfermagem ou agente de saúde) apoiando o paciente durante a consulta remota com o especialista.
- Em localidades menores do interior, onde uma sala fixa não teria demanda suficiente para justificar a disponibilização permanente de estrutura, o mediador técnico de enfermagem ou agente de saúde, irá com o transporte sanitário até o domicílio do paciente, onde mediará a consulta online via tablet. Nos casos de localidades onde há problema de conexão à internet, o paciente será encaminhado por transporte sanitário até a unidade de saúde mais próxima, que possua a sala de telessaúde.

Para implementar o programa, primeiro haverá a definição técnica do patamar populacional que justifica cada modelo (sala fixa x atendimento itinerante), com base em estudo de custo comparado entre infraestrutura fixa e transporte sanitário. Em segundo lugar, capacitaremos os profissionais mediadores presenciais para que estejam qualificados não só para apoiar o atendimento remoto, como também para realizar a triagem inicial de casos simples, de modo que encaminhe ao presencial apenas quando necessário. Por último, firmaremos parcerias com os municípios para viabilizar espaço físico e equipe complementar, sem que sejam transferidos a eles os custos de implantação inicial.



## SAÚDE

É importante ressaltar que a telemedicina no Brasil já conta com marco regulatório do Conselho Federal de Medicina, que estabelece diretrizes de segurança e interoperabilidade para o atendimento remoto e a guarda de prontuários eletrônicos, condição que reforça a importância de também integrar esse programa ao Prontuário Único.





PLANO DE GOVERNO  
**BRENO BARCELOS**

---

CANDIDATO A GOVERNADOR DO  
ESPÍRITO SANTO

